

## RESENHA

**GRAINGER, K.; MILLS, S. Directness and Indirectness Across Cultures.  
Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2016, 177p.**

Filipe Almeida GOMES (PUC-MG)<sup>1</sup>

Em um mundo que cada dia reconhece menos fronteiras, em que mesmo as produções culturais ganham um caráter cada vez mais universal, perceber as peculiaridades linguísticas de outros povos não é de todo difícil. Talvez, exemplos claros sejam a própria ideia da existência de um certo “humor britânico”, sutilmente marcado pela ironia e pelo sarcasmo, assim como a própria ideia de uma polidez excessiva, ambos frequentemente apresentados como característicos dos autores da terra da rainha. Trata-se de um “estilo de fala” que, embora seja poucas vezes definido, é constantemente assinalado.

Ter um “estilo de fala” que marca, em alguma medida, as intenções do enunciador e leva o enunciatário a desconfiar de quase tudo, não é exatamente uma propriedade exclusiva dos falantes do inglês britânico. Isso está relacionado com as expectativas pragmáticas que envolvem os interlocutores em uma situação conversacional particular, em que fatores sócio-históricos e culturais têm relevância indispensável para a análise do uso linguístico.

É, pois, exatamente da influência destes fatores nos processos de interação que trata a obra *Directness and Indirectness Across Cultures*, das linguistas Karen Grainger e Sara Mills (2016). O livro aborda, a partir de uma perspectiva teórico-discursiva, como a “diretividade” e a “indiretividade” são observadas em diferentes culturas. Nessa dimensão, é possível dizer que o leitor percebe estar diante não apenas de reiteradas objeções às abordagens clássicas no campo dos estudos semântico-pragmáticos. Mais do que isso, o leitor de Grainger e Mills se vê diante de um conjunto de reflexões fundamentais para qualquer tratamento coerente e consistente a respeito de qual possa ser o *status* da diretividade e da indiretividade por meio das línguas.

Em que pese o capítulo inicial ser uma longa introdução a respeito do conteúdo do livro, e de seu capítulo final ser uma interessante retomada de toda a discussão feita,

<sup>1</sup> Doutorando em Linguística e Língua Portuguesa no Programa de Pós-Graduação em Letras da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG). [filipegomeslc15@gmail.com](mailto:filipegomeslc15@gmail.com)

a estrutura proposta por Grainger e Mills é tão convidativa quanto didática, de modo que mesmo o leitor menos inteirado sobre o assunto se sente à vontade para seguir a leitura.

No segundo capítulo, intitulado *Theoretical Perspectives on Indirectness*, as autoras realizam um breve panorama de como diferentes abordagens teóricas lidaram com a questão da indiretividade. Um dos primeiros pontos ressaltados diz respeito ao fato de que, seja em razão de sua ubiquidade ou apesar dela, a indiretividade é constantemente aceita como um conceito, sem que se forneça qual seja necessariamente sua definição.

Nessa direção, a pesquisa das autoras aponta e discorre a respeito de oito temas que se relacionam com a questão da indiretividade na literatura especializada. A título de exemplo, podemos falar, aqui, de como Grainger e Mills atribuem o primeiro de tais temas - a saber, a ideia de que a indiretividade seja uma distinção entre significado literal e significado não-literal - a uma “pragmática tradicional”, que elas sugerem ser originária da Escola de Oxford, isto é, de Austin, Searle e Grice. E é digno de nota a quantidade de autores movimentados por Granger e Mills em sua busca por apontar as fragilidades da ideia que atribuem, sobretudo, a Searle (1975). Assim, são discutidas as opiniões de Holtgraves (1997), Thomas (1995) e Bowe e Martin (2007), bem como as considerações de Pinker (2007), Brown e Levinson (1987), Leech (1983) e Walker *et al.* (2011).

Dos temas relacionados à indiretividade que foram observados pelas pesquisadoras na literatura especializada, destaca-se o tratamento que Grainger e Mills dão à relação entre indiretividade e polidez, seja discutindo em que medida é plausível a concepção da indiretividade em termos de polidez convencional, seja analisando a interação entre indiretividade e a dinâmica (de exposição e preservação) das faces. Além disso, salta aos olhos o tratamento bastante afável - para não dizer laudatório - em relação à ideia da indiretividade como realização interacional.

É interessante observar que, seja por uma dedução de caráter linguístico - proveniente de certo entendimento quanto aos valores do prefixo latim *-in* dentro da Língua Portuguesa - seja meramente por uma herança cultural, a percepção tácita que parece mais frequente, ao menos em termos de Brasil, é a de que para um tratamento adequado da *indiretividade* é preciso partir do que seja a noção de *diretividade*. Esse tipo de pressuposto parece revelar, em última instância, uma concepção de que a

diretividade tem um caráter primário em relação à indiretividade. E parece ser exatamente com o intuito de questionar esse tipo de entendimento que Grainger e Mills optam por encadear o tema dos capítulos de um modo “não protocolar”. Se no segundo capítulo as autoras fazem um panorama de como a *indiretividade* tem sido observada através de diferentes perspectivas teóricas, é apenas no terceiro capítulo que a *diretividade* se torna o centro da atenção das autoras.

Intitulado *Theoretical Perspectives on Directness*, o terceiro capítulo da obra de Grainger e Mills é fundamental. Embora as autoras não apontem nenhuma “lista” de temas relacionados à diretividade na literatura especializada, tal como fizeram no tratamento da indiretividade, o capítulo 3 se destaca por demonstrar, tanto teoricamente como mediante exemplos empíricos, que é uma mera fantasia o entendimento de que a diretividade seja um modelo de linguagem claro e objetivo, em que, por parte do ouvinte, não se faz necessária a utilização de inferências.

Para as autoras, em que pesse o argumento exposto no primeiro capítulo, que diz respeito à dificuldade de se fazer afirmações gerais sobre o uso da linguagem a partir de uma língua particular, “diretividade e indiretividade não devem ser vistas como padrões fixos acordados, mas, sim, como julgamentos feitos sobre a linguagem, os quais devem ser vistos a partir de uma escala.” (GRAINGER; MILLS, 2016, p. 51), considerando as diferentes matrizes culturais e históricas de cada sociedade. Nessa dimensão, portanto, as autoras analisam o que é reconhecido como diretividade, e não necessariamente o modo como ela é categorizada pelos especialistas. Para tal, são feitas quatro abordagens gerais: (1) a diretividade na pragmática e na teoria da polidez, (2) a avaliação da diretividade através das culturas, (3) a avaliação positiva da diretividade e (4) a avaliação negativa da diretividade.

Muitas observações são feitas nessas quatro abordagens, e por questão de espaço torna-se difícil falar de cada uma delas. Ainda assim, queremos registrar como, a partir das considerações de Mills (2003) e Mills e Mullany (2011), as autoras apontam a existência de uma expectativa cultural e ideológica de que o estilo de fala assumido pelas mulheres britânicas - ao menos da classe média branca - seja indireto. Para Grainger e Mills, apesar de se tratar de um mero estereótipo, mantido por uma ideologia sexista, essa expectativa, na mesma medida em que molda o estilo de fala das mulheres, condiciona a maneira como elas serão julgadas. Os estudos de McElhinny (1998), por exemplo, referentes à linguagem de mulheres policiais em Pittsburgh, atestam que,

embora fosse enxergada como um estilo de fala mais masculino, a diretividade se configurava como o estilo cuja avaliação era positiva, ao qual se associava a ideia de profissionalismo. Logo, como afirmam Grainger e Mills, “assumir que os enunciados serão julgados de uma maneira particular, como agressiva ou como excessivamente polida, pode restringir a escolha do enunciado ou estilo usado por mulheres e homens.” (GRAINGER; MILLS, 2016, p. 58).

Em relação estreita ao entendimento de que a diretividade indexa alguns valores, Grainger e Mills tecem alguns comentários sobre diretividade e ideologias linguísticas, segundo a perspectiva de Hill (2008). Para as autoras, embora falantes e ouvintes poucas vezes percebam, seus usos da língua sinalizam para uma série de posições e avaliações. Dessa forma, a mesma indiretividade que é frequentemente vista pelos ingleses de classe média como positiva (em razão de certa associação à polidez), será vista por grupos da classe trabalhadora como sendo negativa. Para os últimos, a indiretividade sinaliza para um distanciamento entre os interlocutores, ao passo que a diretividade é uma “expressão de camaradagem” (GRAINGER; MILLS, 2016, p. 59), como um atestado de intimidade.

Se os capítulos 2 e 3 são importantes por destacarem as diferentes entradas possíveis para o tratamento da diretividade e da indiretividade de um ponto de vista teórico, por outro lado, o capítulo 4 se destaca por apresentar um olhar mais empírico. Calcadas em um estudo de caso, elaborado a partir de contatos interculturais concretos vivenciados por Karen Grainger, ocorridos em ao menos três tipos de situações diferentes - a saber, conversas informais entre amigos, uma conversa ligeiramente mais formal entre empregado e empregador e um ensaio de coral -, Grainger e Mills compararam a ocorrência da diretividade e da indiretividade no inglês britânico e no inglês zimbabuano.

A partir dos resultados obtidos, as autoras sustentam que os falantes do inglês zimbabuano constroem sua indiretividade enunciativa de modo realmente (mas não absolutamente) distinto dos falantes do inglês britânico. Os falantes do inglês zimbabuano tendem, por exemplo, a optar pelas estratégias *off-record* (de extração do protocolo), ao passo que os falantes do inglês britânico optam por construções *on-record* (de acordo com o protocolo), em que a polidez é resguardada através da opção pelo modo condicional nas construções sentenciais. Além disso, conforme analisam as autoras, mesmo na construção da indiretividade, os falantes do inglês britânico parecem

mais objetivos, enquanto os falantes do inglês zimbabuano recorrem a uma espécie de “preparação de território”, marcada pelo prolongamento dos turnos de fala. Grainger e Mills sustentam que tais características da indiretividade nos falantes do inglês zimbabuano podem estar relacionadas à própria filosofia *ubuntu* ou à *hloniphá*, características de diversas nações da África Subsaariana. Para ficarmos no que sugere as próprias autoras, “o *ubuntu* refere-se a um senso de compartilhar a humanidade com os outros, enquanto *hloniphá* é mais sobre mostrar respeito através da prevenção verbal e não-verbal” (GRAINGER; MILLS, 2016, p. 80).

Em adição a isso, Grainger e Mills utilizam os resultados obtidos para exemplificar a tese principal de toda a obra: a de que a compreensão da diretividade e da indiretividade só pode ocorrer no interior de um contexto específico, sendo seus significados e suas potenciais interpretações advindas da interação entre normas sociais e culturais de caráter mais amplo.

Finalmente, os capítulos 5 e 6 estão estreitamente relacionados ao capítulo 4. Neles, através de uma estratégia peculiar, que consiste na elaboração e apresentação de vídeos que reconstituem situações enunciativas similares àquelas registradas no capítulo 4, Grainger e Mills analisam o modo como falantes monolíngues do inglês britânico tendem a lidar com a indiretividade (capítulo 5) e como falantes do inglês, não nativos e bilíngues, compreendiam o uso da diretividade e da indiretividade numa comparação entre o inglês britânico e suas línguas naturais, quais sejam, holandês, iraniano, hebraico, francês, árabe e chinês (capítulo 6).

Embora as autoras reconheçam que, mesmo diante do potencial sucesso investigativo, o método das dramatizações ainda não corresponde à situação natural de interação, os dados coletados cooperaram para a construção de um entendimento mais sólido acerca do que seja o uso da diretividade e da indiretividade tanto em contextos específicos do inglês quanto em situações próprias de outras línguas.

Ao fim e ao cabo, é possível dizer que, tomando o relato dos participantes da pesquisa, Grainger e Mills conseguem demonstrar como o uso da diretividade e da indiretividade está relacionado a determinados julgamentos, tais como honestidade, intimidade, fraqueza, polidez e distanciamento social, através de diferentes línguas, e como o desconhecimento desses posicionamentos, denominados pelas autoras de “ideologias linguísticas”, pode conduzir aos mais diversos desentendimentos numa situação de interação intercultural.

Assim, embora o livro de Grainger e Mills tenha o inglês britânico como fundamento para as comparações, muitas de suas reflexões se estendem perfeitamente à Língua Portuguesa falada em terras brasileiras e são substancialmente satisfatórias para o entendimento do que seja o uso da (in)diretividade através das línguas e das culturas.

## REFERÊNCIAS

- BOWE, H.; MARTIN, K. *Communication Across Cultures: Mutual Understanding in a Global Word*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.
- BROWN, P.; LEVINSON, S. *Politeness: Some Universals in Language Usage*. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.
- GRAINGER, K.; MILLS, S. *Directness and Indirectness Across Cultures*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2016.
- HILL, J. *The Everyday Language of White Racism*. Oxford: Wiley Blackwell, 2008.
- HOLTGRAVES, T. Styles of Language Use: Individual and Cultural Variability in Conversational Indirectness. *Journal of Personality and Social Psychology*, 73 (3), 1997, 624-637.
- LEECH, G. *Principles of Pragmatics*. London: Longman, 1983.
- MCELHINNY, B. “I don’t Smile much Anymore”: Affect, Gender and the Discourse of Pittsburgh Police Officers. In: COATES, Jennifer. (Ed.). *Language and Gender: A Reader*. Oxford: Blackwell, 1998, p. 309-327.
- MILLS, S. *Gender and Politeness*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.
- MILLS, S.; MULLANY, L. *Language, Gender and Feminism*. London: Routledge, 2011.
- PINKER, S. The Evolutionary Social Psychology of Off-record Indirect Speech Acts. *Intercultural Pragmatics*, 4 (4), 2007, 437-461.
- SEARLE, J. Indirect Speech Acts. In: COLE, P.; MORGAN, J. (Eds.). *Syntax and Semantics Vol. 3: Speech Acts*. New York: Academic Press, 1975, p. 59-82.
- THOMAS, J. *Meaning in Interaction: An Introduction to Pragmatics*. London: Longman, 1995.
- WALKER, T. et al. Responding Indirectly. *Journal of Pragmatics*, 43, 2011, 2434-2451.